



Ao Juízo da 1.ª Vara Cível
Da Comarca de Arapongas, Paraná

Autos n. 0001372-90.2021.8.16.0045

de Falência

Auxilia Consultores Ltda., representada por **Henrique Cavalheiro Ricci**, ambos já qualificados nos autos em epígrafe, de falência de **Filmor Comercial Ltda.**, respeitosamente, comparece perante Vossa Excelência, em atendimento à r. decisão do ev. 402, para manifestar-se nos termos a seguir:

MM. Juiz:

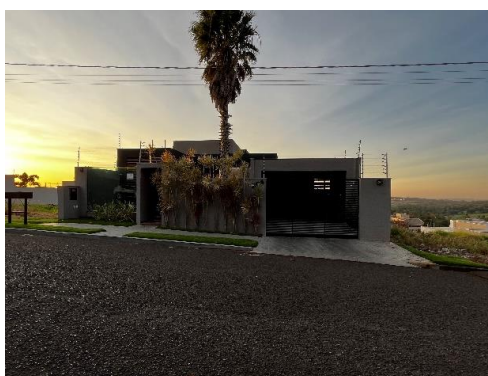
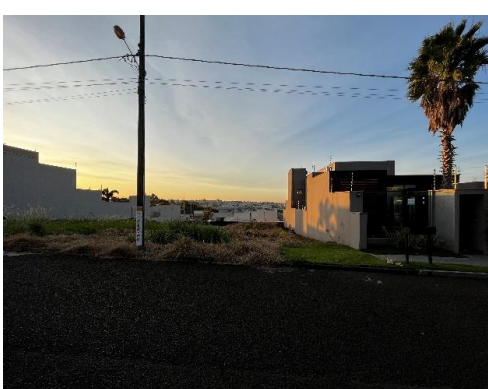
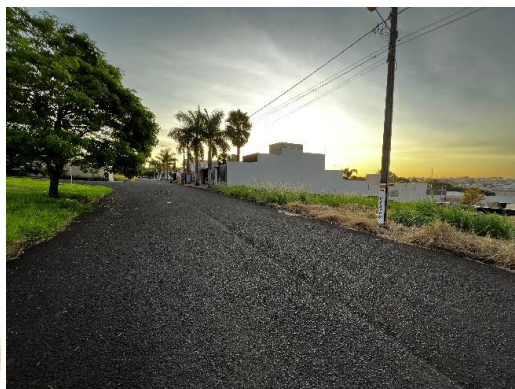
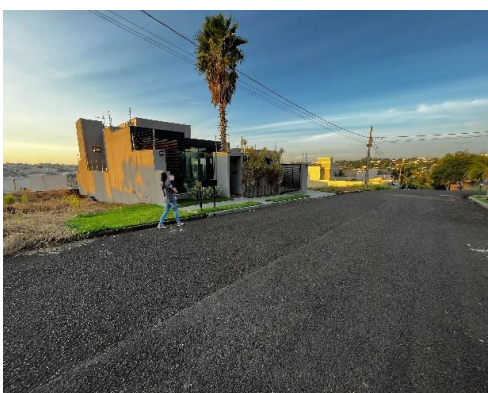
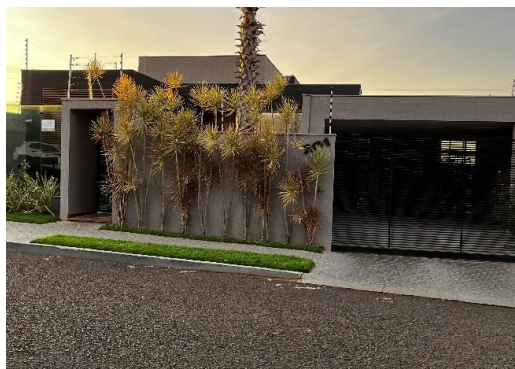
Antes de mais nada, a Administração Judicial comparece perante Vossa Excelência para agradecer a honrosa nomeação e a confiança que lhe foi depositada.

Ademais, informa que, oportunamente, apresentará: **i.** o relatório sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência (art. 22, III, e, da Lei 11.101/2005); e **ii.** o plano detalhado de realização dos ativos (art. 99, § 3.º, da Lei 11.101/2005). Para tanto, ao final, requererá providências, tanto em relação à busca patrimonial da Falida (a fim de basear a confecção do plano) quanto à lavratura do termo de comparecimento de seu representante (art. 104, I, Lei 11.101/2005).

1. Das diligências inicialmente realizadas pela Administração Judicial

Imediatamente após firmar o termo de compromisso (ev. 57) o representante da Administradora Judicial dirigiu-se ao endereço indicado na petição inicial para, na forma do art. 108, da Lei 11.101/2005, efetuar a arrecadação de bens e documentos. No entanto, no endereço indicado – **Rua Verão, n. 201, Portal das Flores, Arapongas** – tem-se uma edificação residencial, sem qualquer indício de utilização empresarial dele, conforme se infere por algumas fotos abaixo destacadas.







Analisando os autos, verificou-se a presença de um “*comprovante de inscrição e de situação cadastral*” emitido pela Secretaria da Receita Federal em setembro de 2019 (ev. 1.6), em que constava como sede da Falida o seguinte endereço: Rua Falcão, 794, Centro, Arapongas.

No mesmo intuito acima descrito, o representante da Administradora Judicial também se dirigiu ao endereço em questão para, sendo o caso, efetuar a arrecadação de bens e documentos. Todavia, no endereço indicado não havia qualquer indicativo de funcionamento das operações da Falida, conforme se observa pelas fotos abaixo.







Por conta da não localização das instalações do Falido, restou frustrada a arrecadação de seus bens e documentos, conforme previsto no art. 108, da Lei 11.101/2005.

A fim de imprimir prosseguimento ao feito, abaixo serão requeridas diversas providências, além daquelas já determinadas na sentença de quebra. Algumas visando a localização de patrimônio da Falida, outras com a finalidade de obter informações para que se possa dar andamento ao processo, com a elaboração do relatório a que se refere o art. 22, III, e, da Lei 11.101/2005, e a confecção do edital do art. 99, § 1.o, também Lei 11.101/2005.





2 Requerimentos

Diante do exposto, requer

2.1 a intimação do sr. **Rafael Filla Moraes**, para que:

2.1.1 de acordo com o art. 99, III, e art. 104, XI, ambos da Lei 11.101/2005, apresente, no prazo máximo de 05 dias, a relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, **sob pena de desobediência**;

2.1.2 assine o termo de comparecimento, nos termos do art. 104, I, da Lei 11.101/2005;

2.1.3 entregue à Administração Judicial os livros contábeis e documentos da Falida, pelo e-mail contato@auxiliaconsultores.com.br;

2.2 a consulta e bloqueio, via SISBAJUD, de eventuais ativos financeiros existentes em nome da Falida;

2.3 expedição de ofícios aos Cartórios de Protesto da Comarca de Arapongas, a fim de que estes informem a existência de eventuais protestos em nome da Falida;

2.4 expedição de ofício ao Cartório Distribuidor da Comarca de Arapongas, a fim de que este informe a existência de processos a favor e contra a Falida;

2.5 expedição de ofícios aos Cartórios de Registros de Imóveis da Comarca de Arapongas, a fim de que informem a existência de bens imóveis registrados em nome da Falida;

2.6 expedição de ofício ao DETRAN a fim de que este informe a existência de veículos registrados em nome da Falida;

2.7 expedição de ofício para a Junta Comercial, para que apresente certidão acerca da situação cadastral da Falida, com a apresentação dos atos constitutivos respectivos e o termo de encerramento da sociedade, tendo em vista que, conforme o "*COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL*", emitido em 26.04.2022 – em anexo, consta a situação cadastral **BAIXADA**;

2.8 sejam alterados os dados da autuação no PROJUDI, com correção da classe processual e das partes, passando a constar "Falência de Filmor Comercial Ltda.";

2.9 a fixação da remuneração da Administração Judicial em 5% sobre o valor de alienação dos ativos da Falida.





Maringá/PR, 05 de maior de 2022.

Auxilia Consultores Ltda.
Henrique Cavalheiro Ricci
OAB/PR 35.939

